

As contribuições de Sandor Ferenczi acerca da violência sexual infantil.

Marcella Brito dos Santos

Psicanalista e pesquisadora. Pós-graduanda em teoria psicanalítica. Capacitação em prevenção ao Suicídio (UNASUS), Automutilação (Demócrito Rocha), Primeiros Socorros Psicológicos (Jonhs Hopikns) e Psicanálise da Violência Doméstica (MPRJ). Participante do Fórum do Campo Lacaniano da Região dos Lagos, em processo de filiação ao Grupo Brasileiro de Pesquisas Sandor Ferenczi.

E-mail: marcellabrito.psic@gmail.com

RESUMO

Este artigo visa discorrer acerca das contribuições de Sandor Ferenczi (1992[1933]) para pensarmos a questão do trauma precoce, especificamente em casos de abuso sexual infantil e seus impactos intrapsíquicos. O referido autor traz importantes considerações acerca das psicopatologias oriundas desse tipo de trauma, dando destaque a *clivagem psíquica* e demais fenômenos como a *introjeção do agressor* e a *progressão traumática* oriundos da cisão egóica desse sujeito. Trauma este que é potencializado quando há um *desmentido* de terceiro que invalida sua experiência, causando um conflito psíquico e sensorial nessa vítima (dessubjetivação). Em seguida, faremos um breve recorte histórico-cultural dessa prática que atenta sorrateiramente contra direitos fundamentais tendo em vista que, na maioria dos casos, é perpetrada por um adulto do ambiente intrafamiliar ou com vínculos afetivos com a criança. Abordaremos também o panorama do abuso sexual contra crianças e adolescentes e os desdobramentos psicossociais no contexto da Covid-19. Usaremos como método a revisão bibliográfica de materiais pertinentes ao tema para embasar o trabalho. É importante considerar que esse tipo de violação se constitui um grave problema de saúde pública que adoece todo o tecido social; sendo imprescindível seu enfrentamento através de políticas públicas eficientes, sobretudo em tempos de distanciamento social. Deste modo faz-se igualmente indispensável aos profissionais de saúde, sobretudo mental, instrumentalizar sua práxis para acolher essa demanda cada vez mais frequente na contemporaneidade.

PALAVRAS- CHAVE: Sandor Ferenczi; trauma precoce; violência sexual infantil; contemporâneo.

O trauma precoce, em especial a violência sexual infantil, representa um grande desafio para a saúde e segurança pública. Seus impactos podem ser percebidos sobre tudo no âmbito da saúde mental, uma vez que esta agressão acarreta uma marca psíquica na vítima por toda a vida. Laplanche e Pontalis (1979) corroboram que o trauma causa um efeito patológico duradouro na organização psíquica do sujeito atravessado pela violência.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um termo genérico que se abrange duas modalidades: o abuso e a exploração sexual. Nesse trabalho especificamente, dissertaremos acerca da primeira; sem desconsiderar, a igual gravidade e complexidade da última modalidade. Esse recorte temático se dá apenas para delimitar nosso objeto de pesquisa tendo em vista que o referido fenômeno é multifacetado e multicausal.

O fenômeno consiste numa relação adultocêntrica e marcada pela relação desigual de poder, onde o adulto (pais/responsáveis legais/pessoas desconhecidas) domina a criança e/ou adolescente, se apropriando e anulando suas vontades, tratando-os, não como sujeitos de direitos, mas sim como objetos que dão prazer e alívio sexual (BRASIL, 2020).

Nesses casos, é de suma importância que se estabeleça uma rede de apoio e um acompanhamento multidisciplinar para que essa vítima consiga uma melhor qualidade de vida.

Dentro dessa multidisciplinaridade podemos introduzir a psicanálise enquanto um campo do saber que se propõe a pensar a interlocução entre a sexualidade infantil e o trauma desde os primórdios de sua construção epistemológica. Já no final dos anos 1800, Sigmund Freud (1856-1939), considerado o pai da psicanálise, atentou-se para esse elemento e seus enlaces na etiologia dos processos psicopatológicos, especialmente nas neuroses de histeria.

Outro pioneiro no pensamento dessa articulação foi o médico húngaro Sandor Ferenczi (1873-1933) sua obra discorre acerca do trauma precoce de cunho sexual, para além do campo metapsicológico. Nas primeiras linhas do trabalho intitulado “*Confusão de línguas entre os adultos e a criança (A linguagem da ternura e da paixão)*”

(1992[1933]), ele discorre acerca da postura fria e alheia do analista ao receber esse paciente transpassado pelo trauma e o quanto essa postura orientada puramente por fundamentos da técnica, que prioriza a neutralidade e o distanciamento analista-paciente, ao qual ele denomina *hipocrisia profissional*, podem [re]traumatizar esse sujeito.

Mais adiante, na mesma obra ele acrescenta outro possível fator traumatogênico em casos de abuso sexual infantil para além do ato: a frieza e/ou a atitude de invalidação (*desmentido*) da fala por quem acolhe a demanda dessa criança, ou seja, uma segunda pessoa de confiança [no texto representado pela figura materna]. “A criança que ainda não chegou ao seu pleno desenvolvimento, é incapaz de suportar a solidão, se lhe falta a proteção materna e considerável ternura” (FERENCZI, 1992[1933], p.103).

Embora a violação sexual dirigida a população infanto-juvenil não seja um fenômeno recente na sociedade, é na modernidade que se constrói o entendimento de que a criança e ao adolescente são indivíduos em desenvolvimento, que precisam ser protegidos e acompanhados. De acordo com o Art.2ª do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90) são consideradas crianças pessoas de até 12 anos incompletos e adolescentes, a partir desta idade até os 18 anos (BRASIL, 2000).

A OMS define que o abuso sexual infantil diz respeito a qualquer prática que tenha como objetivo a satisfação ou gratificação sexual, incluindo a indução ou coerção de uma criança para engajar-se em qualquer atividade lúbrica ilícita (WHO, 1999).

Após reformulações no Código Penal Brasileiro em 2009, configura-se crime de estupro de vulnerável o ato de empreender qualquer tipo de atitude libidínica para além da conjunção carnal com menores de 14 anos. Esse novo olhar para os outrora denominados “crimes contra os costumes”, demarcou uma nova perspectiva sociojurídica para os agora outorgados “crimes contra a dignidade sexual”. Demandando também dos profissionais da saúde básica um olhar mais atento para essa problemática.

O referencial teórico que sustenta esse artigo é a psicanálise e a perspectiva de trauma desenvolvida por Ferenczi (1873-1933) pioneiro no aprofundamento das pesquisas acerca da influência das relações de objeto para pensar a etiologia de psicopatologias para além das neuroses histéricas. Destacando o mecanismo da *clivagem psíquica* (FERENCZI, 1992[1933], p.102) como efeito central e que pode desencadear

outros dois fenômenos patológicos: *a Introjeção do agressor e a prematuração psíquica*. Eventos estes que serão discorridos mais adiante.

Essa nova perspectiva acerca do processo traumático, principalmente os de cunho sexual, nos convoca a reconsiderar a realidade do trauma ao invés da realidade psíquica proposta anteriormente por Freud como um elemento desestruturante. Nessa via podemos pensar toda a complexidade da constituição da sexualidade humana para além da interface do desejo sexual; há nela um embricamento das relações de poder (CRIVILLÉ, 1997) a serem consideradas.

Antes de tecer maiores considerações acerca dessa temática, é preciso historicizar a prática da pedofilia e a questão da violação sexual. Num primeiro momento faremos um recorte histórico-cultural, inclusive durante o período colonial brasileiro, a fim de conjecturarmos todo o processo social implicado e o quanto esse atravessamento perdura de maneira estrutural em nossa sociedade, bem como sua interface na clínica contemporânea.

Em seguida abordaremos com base nas considerações encontradas na obra Ferencziana, a dinâmica engendrada nessa violência e a inferência do traumatismo sexual como fator patogênico (FERENCZI, 1992[1933]), propondo uma nova perspectiva à clínica do trauma.

A remodelação de sua teoria e prática, também chamada “virada de 1928” (KUPERMANN, 2019), se deu pela necessidade de adaptação às demandas clínicas em seu consultório, constituído em sua maioria por pacientes ditos difíceis, que acolheu as “duas faces da moeda” nesse contexto da pedofilia: a do agressor e a da vítima.

“A objeção, a saber, que se trataria de fantasias da própria criança [...] perde lamentavelmente sua força em consequência do número considerável de pacientes, em análise, que confessam ter mantido relações sexuais com crianças”. (FERENCZI, 1932, p.101)

Por último abordaremos com um caráter informativo, o panorama da violência sexual infantil na atualidade, com dados recentes no contexto da Covid-19. Segundo especialistas, houve um aumento de 75% no número de notificações de casos dessa natureza.

Historicizando a questão do abuso sexual e a pedofilia

A agressividade é algo inerente ao ser humano. Segundo a perspectiva psicanalítica, ela opera através da pulsão de morte que, em linhas gerais, vislumbra a autodestruição e/ou aniquilamento daquilo que oferece perigo. Essa força motriz inscreve esse sujeito pulsional também numa posição ativa no processo de civilização. Para Joel Birman (1994, p.131) “a produção da violência e da agressividade é o correlato necessário do processo civilizatório, no registro intersubjetivo.”

Freud (2010[1930-1936], p.33) afirma que a civilização corresponde a uma “inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais” e serve basicamente para duas finalidades: a proteção do homem e a regulamentação dos vínculos humanos entre si. Santos e Teixeira (2006, p.165) afirmam também que “a violência dá provas de uma falência da função do imaginário da proibição” (SANTOS; TEIXEIRA, 2006, p.165).

Na esfera intersubjetiva, a agressividade pode alçar o campo da violação: convém considerar essa articulação com um ato infracional. Ou seja, um significante que aponta para violação de um acordo (implicitamente ou não) estabelecido entre pares e que infringe de certo modo o limiar do outro, seja esse limite de ordem psíquica, física, material ou subjetiva.

Portanto, podemos inferir que dentro desse processo de violação, há também uma tentativa de aniquilamento de subjetividade, há um processo de desumanização implicado. Quando esta violência é de cunho sexual, essa dessubjetivação compreende também transformar o outro em objeto-coisa para seu *bel prazer* sem considerar seu consentimento, condição física ou maturidade psíquica para consumação tal ato.

A questão da violência sexual dirigida a mulheres e crianças está arraigada na história dos processos sociais e sua prática pode perpetrar-se de maneira inter[trans]geracional, através de dinâmicas psíquicas inconscientes, da ordem do simbólico, dos vínculos geracionais familiares e nas dimensões do imaginário e do real (REHBEIN; CHATELARD, 2013) através da cultura.

O Código de Hamurabi, conhecido como o primeiro conjunto de leis da história, punia aquele que “conhece” a própria filha com um simples afastamento da aldeia; ao passo que, se uma mulher fosse flagrada em adultério, esta sofreria uma punição máxima.

Em sociedades regidas por um sistema *viriarcal* (GAZALÉ, 2017), cujo imperativo é a hipervalorização do masculino e da virilidade, a mulher é inscrita numa categoria infra-humana, vista apenas como instrumento de reprodução. Num segundo momento sob a influência da cultura judaico-cristã e mulçumana, essa mulher-objeto passou a ter também a função de satisfazer sexualmente o homem. “[...] seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará” (BÍBLIA, 2010, p.12). “Vossas mulheres são vossas sementeiras. Desfrutai, pois, da vossa sementeira, como vos apraz” (ALCORÃO, p.49).

Podemos observar o processo de transformação do corpo feminino e infantil em propriedade de domínio público, através dos denominados espólios de batalha na antiguidade. Em guerras da Grécia antiga como a de Tróia (iniciada quando a grega Helena, esposa de Menelau [Rei de Esparta] é seduzida e levada pelo príncipe de Tróia). Ao final, quando a cidade Troiana foi tomada, saqueada e destruída, as mulheres e meninas se tornavam escravas e concubinas dos vencedores. Nesse tempo também os meninos, eram iniciados sexualmente por homens mais velhos na Grécia e Roma antiga como uma espécie de “rito de passagem” para a juventude.

Podemos aproveitar esse recorte para conceituar, de maneira sintética, a pedofilia. Esta se configura uma *parafilia*, ou seja, um comportamento sexual incomum de origem patológica, inscrito na estrutura clínica da perversão - cujo imperativo caracterológico é a denegação a lei, ao normativo, como uma espécie de “recusa” a castração simbólica da figura paterna (nome do pai) na primeira infância. Essa dinâmica patogênica pode implicar num desvio de escolha objetal sexual; ou seja, no caso da pedofilia, há um investimento de libido sexual direcionado ao pueril.

Encontramos também citações bíblicas com esse tipo de referência: “As criancinhas serão massacradas [...] e as mulheres violentadas pelos soldados invasores”. “A cidade será conquistada as casas saqueadas, as mulheres violentadas” (BÍBLIA, 2010, p.582; 781).

Na Idade Média, estuprar e saquear as cidades invadidas, eram algumas das poucas vantagens reconhecidas aos soldados. A violência sexual contra mulheres e crianças era uma espécie de honraria; uma forma de medir a vitória, de demonstrar a masculinidade e o sucesso dos soldados (BROWNMILLER, 1975).

Até o início do século XVII não havia distinção entre o infantil e o adulto em relação a sexualidade, sendo frequentes relações e brincadeiras sexuais com crianças e adolescentes, inclusive no âmbito intrafamiliar. “Essa prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum.” (ARIÈS, 1981, p. 106).

Durante o período da inquisição, por exemplo, casos como estes raramente eram julgados como crimes. “As relações sexuais entre adultos e adolescentes, além de frequentes, não eram conduta das mais condenadas [...] pois, mesmo quando realizada com violência, a pedofilia em si nunca chegou a ser considerada um crime específico por parte da Inquisição” (MOTTI, 1991, p.45).

Ariès (1981) destaca dois principais motivos para que essa permissão sexual ocorresse: uma é que se acreditava que a criança era alheia e indiferente à sexualidade, e a outra é que não havendo o senso de infância e necessidade de preservação desta, este não poderia ser ferido.

A ideia de que há inocência na criança só surge com a instauração da família nuclear na idade moderna. Ideal fortalecido pelo advento do cristianismo que considerava a referida instituição sagrada; deste modo, a prática da pedofilia passa a ser entendida como pecado, logo, algo condenável.

Ao final do século XVIII, com uma maior intervenção do Estado na sociedade, esta conduta sexual passa a ser entendida como algo desviante, ou seja, fora do padrão social aceitável (parafilia). Muito embora, as práticas sexuais e as relações incestuosas com crianças e adolescentes não tivessem sido eliminadas por completo do meio social.

Deste modo, a necessidade de manutenção da família nuclear incentivada no período histórico anterior, fomentou no período contemporâneo a instauração de uma espécie de “pacto de silenciamento” em relação a acontecimentos dessa ordem, especialmente quando ocorrido no âmbito intrafamiliar, em nome do familismo.

Logo a sexualidade infantil aparece como uma preocupação para as áreas da educação e medicina. Enquanto a primeira passa a difundir uma educação sexual repressora às mulheres; a segunda se empenhava em tratar uma série de doenças assolavam a Europa e o Brasil, sobretudo doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis.

O Brasil ainda vivia os horrores da escravização durante esse período. Até meados do século XIX, crianças pobres e negras estavam emprenhadas nos trabalhos braçais e as adolescentes, aptas para gerar e assim, movimentar de certa forma, a economia escravagista. “Os casamentos precoces, entre 11 e 14 anos, roubavam das moças a sua adolescência” (DEL PRIORE, 2016, p.336)

Camargo, Alves e Quirino (2005) citam que durante o período colonial fora impetrado [continuamente] o maior e mais cruel tipo de violência contra a infância e a adolescência: a violência sexual; com o consentimento das autoridades e ciência da igreja.

“As épocas que veem a mulher como o Outro são as que recusam de modo mais violento sua integração na sociedade a título de ser humano” (BEAUVOIR, 1949, p. 120).

Na situação brasileira, esse passado colonial pavimentou um legado de traumas precoces e de impunidade aos abusadores, inscrevendo a prática de violações como uma espécie de elemento estruturante dos processos sociais intersubjetivos, podendo ser transmitido psiquicamente a nível micro e macro na *pólis*.

Rehbein e Chatelard (2013, p.565) dividem esse processo de transmissão em duas modalidades:

A transmissão geracional tem duas modalidades – a **intergeracional**, transmitida pela geração mais próxima, pelos pais, na qual o material pode ser transformado e metabolizado, ou ainda comprometido e transmitido à próxima geração; e a **transgeracional**, em que o material psíquico da herança genealógica é inconsciente e não simbolizado, não é integrado no psíquico, este apresenta lacunas, elementos foracuídos, encriptados, e é transmitido por várias gerações. (REHBEIN; CHATELARD, 2013, p.565).

Na virada do século XIX surge através do médico austríaco Sigmund Freud (1856-1939) a teoria psicanalítica. A psicanálise em síntese privilegia as questões do inconsciente, a sexualidade infantil e as primeiras construções vinculares do sujeito como objeto de pesquisa para a investigação da etiologia dos processos psicopatológicos.

No início do século XX a psicanálise se apresenta como uma proposta de renovação teórica para as questões sociais e de saúde mental no Brasil, por pensar a

questão da sexualidade infantil como algo constitutivo ao sujeito presente desde o nascimento. “A atividade sexual se apoia primeiro numa das funções que servem à conservação da vida e somente depois se torna independente dela” (FREUD, 2016[1901-1905], p.46).

A ideia de que há uma instância psíquica que acolhe nossas pulsões e conteúdos recalçados: o inconsciente e a etiologia das psiconeuroses interligados a questões de ordem sexual, mostraram-se importantes contribuições para pensar o contexto da sociedade brasileira nos primeiros anos do século XX.

De acordo com Freud (2016[1901-1905], p.43) “o recém-nascido traz consigo germens de impulsos sexuais, que continuam a se desenvolver por algum tempo, mas depois sucumbem a uma progressiva supressão [durante as fases do desenvolvimento psicosssexual]”. No decorrer desse período, a libido é [re]direcionada e simbolizada a fim de constituir o EU da criança, inscrevendo esse ser numa condição subjetiva dentro dos laços sociais (processo de subjetivação).

Sandor Ferenczi (1873-1933) fez parte da primeira geração de analistas. Considerado um dos mais próximos de Freud, teve um papel importante na construção do arcabouço teórico psicanalítico e na disseminação da práxis fora do eixo europeu.

Contudo, após o afastamento Freudiano da teoria da sedução como causa dos processos de adoecimento psíquico, Ferenczi se propõe a resgatar o papel desse trauma real vivido, atentando-se novamente para a relevância das relações de objeto na constituição psíquica do sujeito (KUPERMANN, 2019) recolocando a presença do adulto real e o ambiente na cena traumática.

Uma das suas mais importantes contribuições nesse sentido, diz respeito ao trauma precoce nos casos de abuso sexual infantil. Ao contrário de Freud, o *enfant terrible* da psicanálise acredita que a criança não apresenta uma ambivalência (amor/ódio) constitutiva, desse modo, o registro dessa dualidade inexistente em seu interior, conhecendo apenas a linguagem da ternura (FERENCZI, 1992[1933]).

Ainda segundo ele, há uma espécie de “confusão de línguas” entre o adulto e a criança, uma vez que há um conflito dialético implicado nesse contexto, pelo não entendimento da vítima dessa comunicação violenta, “na medida que essa dualidade ainda

inexiste na criança no estágio de ternura, é justamente esse ódio que a surpreende, assusta e traumatiza uma criança” (FERENCZI, 1992[1933], p.106).

Este ato de violação promove um grande conflito intrapsíquico num ser que ainda não atingiu a maturidade psicosexual e não compreende tal ato. O horror, o ininteligível e o medo intenso deixam essa criança moral e fisicamente sem defesa diante dessa “força esmagadora do adulto” (FERENCZI, 1992[1933], p.102), que em geral, é um alguém próximo, com vínculos parentais e/ou grande influência afetiva sob ela.

Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e de tradição puritana, são com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violências e estupros. São ora os próprios pais [...] ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância e da inocência das crianças (FERENCZI, 1932, p.101).

O universo da criança opera na ordem da fantasia, do imaginário e se apresenta através do discurso lúdico e sem a incidência de amor fálico; ou seja, de comunicação terna de caráter não-passional como no caso dos adultos (estágio de ternura).

Todavia, para um indivíduo com tendências psicopatológicas (com inclinações parafilicas por exemplo) estas manifestações afetivas podem assumir uma outra dimensão, de caráter erótico-genital; ainda segundo o autor, condizentes com uma linguagem de amor passional (FERENCZI, 1992[1933]).

Deste modo, pode-se dizer que há uma “leitura equivocada” da inocência, amabilidade e do universo pueril pelo abusador que consome a Invasão ao corpo e a dignidade de um ser imaturo sem pensar nas consequências, causando uma verdadeira “confusão sensorial e subjetiva” nessa vítima.

Um evento dessa natureza ocorrido dentre as fases do desenvolvimento psicosexual se faz um potente elemento desestruturante, provocando uma grande desorganização mental, que culmina na *clivagem psíquica* desse sujeito (FERENCZI, 1992[1933]).

As crianças sentem-se física e moralmente sem defesa, sua personalidade é frágil demais para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência (FERENCZI, 1992[1933], p.102).

Ele acrescenta outra possibilidade traumatogênica inserida nesse processo: o *desmentido* ou descrédito (PINHEIRO; VIANA, 2011) por parte de uma terceira pessoa que invalida a experiência perceptiva e afetiva sofrida da criança. Ou seja, na concepção da vítima, o que se desmente não é o evento em si, mas sim sua subjetividade. Essa invalidação acarreta o adoecimento psíquico: “chega-se assim a uma forma de personalidade feita unicamente de ID e SUPEREGO, e que, por conseguinte é incapaz de afirmar-se em caso de desprazer” (FERENCZI, 1992[1933], p.103).

A clivagem psíquica pode devastar a estrutura egóica infantil, provocando um efeito patológico duradouro na organização mental desse sujeito perdurando por toda vida [se não simbolizado] (FERENCZI, 1992[1933]; Laplanche e Pontalis, 1979).

Essa cisão do EU impõem outras duas condições igualmente patológicas: A *introjeção do agressor ou a maturação precoce (progressão traumática)*.

No primeiro caso, há um aniquilamento do EU em favor de uma identificação ansiosa com o agressor, há uma grande descarga libidinal provocada pelo medo intenso, ao qual o aparelho psíquico ainda em desenvolvimento não possui um repertório de defesa capaz de suportar, “esse medo, quando atinge um ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente a vontade do agressor [...] a obedecer esquecendo-se de si mesmas” introjetando a figura do abusador (FERENCZI, 1992[1933], p.102).

Laplanche e Pontalis (1988) afirmam que a introjeção está estreitamente ligada com o processo de identificação, no caso supracitado, uma identificação ansiosa; implicando numa espécie de incorporação fantasmagórica, assimilando esse objeto de “fora para dentro.”

Por conseguinte, o processo de maturação precoce impõe um amadurecimento repentino nesse sujeito atravessado pela “aflição extrema e angústia de morte” (FERENCZI, 1992[1933], p.104) oriunda do trauma.

Implicando num despertar de “disposições latentes” fora de época, desencadeando uma condição patogênica por não respeitar o processo de amadurecimento psíquico, ao qual Ferenczi chama de “bebê sábio.”

A criança que sofreu uma agressão sexual, pode de súbito, sob a pressão da urgência traumática, manifestar todas as emoções de um adulto maduro, as faculdades potenciais para o casamento, a paternidade, a maternidade, faculdades virtualmente pré-moldadas nela [...] pensa se nos frutos que ficaram maduros e saborosos depressa demais, quando o bico dos pássaros fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado (FERENCZI, 1992[1933], p.104)

Por conseguinte, o pai da psicanálise moderna (GREEN, 1998) reitera que condições ambientais podem também promover essa progressão patológica, através do “terrorismo do sofrimento [parental]” (FERENCZI, 1992[1933], p.105).

As criancinhas são obrigadas a resolver toda espécie de conflitos familiares, e carregam em seus frágeis ombros o fardo de todos os outros membros da família. Não o fazem, afinal de contas, por desinteresse puro, mas para poder desfrutar de novo a paz desaparecida e a ternura que daí decorre (FERENCZI, 1992[1933], p.106).

É importante salientar que um sujeito exposto a recorrentes eventos traumáticos, pode apresentar múltiplas clivagens psíquicas enquanto mecanismo de defesa ao longo de tempo, a fim de resgatar certa integridade mental. Essa “fragmentação múltipla do Eu” funciona como destroços psíquicos que se comportam todos como personalidades distintas, ao qual Ferenczi denomina automização (FERENCZI, 1992[1933]).

Esse processo de automização demanda um manejo clínico diferenciado, pois tem como objetivo um trabalho de tentativa de “[re]ligamento simbólico” desses fragmentos decolados. Convocando o analista a uma elasticidade técnica dentro do *setting*, com um manejo clínico pautado numa ética do cuidado, que valoriza a *empatia* (*tato* do analista) e a escuta sensível, em detrimento de uma postura de distanciamento e rigorosidade técnica (*hipocrisia profissional*).

“A situação analítica, essa fria reserva, a hipocrisia profissional e a antipatia a respeito do paciente [...] não difere essencialmente do estado de coisas que outrora, ou seja, na infância o fizeram adoecer” (FERENCZI, 1992[1933], p.100).

Para tanto, é preciso colocar o psicanalista dentro do *setting* numa posição confiável para esse paciente (como uma espécie de contingente materno) conduzindo

assim uma transferência regressiva, capaz de reavivar a cena traumática, não como algo alucinatório e alienante, mas como uma “lembrança objetiva” do trauma capaz de ser reelaborada (*neocatarse*).

Essa originalidade epistêmica traz considerações importantes acerca dos efeitos intrapsíquicos do trauma e suas interseções com o meio inclusive para o contemporâneo. A proposta teórica de Sandor Ferenczi visa atender uma demanda que foge a clínica das neuroses, profundamente pesquisada por Freud.

Na clínica do trauma, a ética do cuidado sobrepuja a ética da técnica psicanalítica, muito embora reconheça sua importância e valor para o constructo teórico da psicanálise. O manejo clínico dos chamados “pacientes difíceis” sob a perspectiva Ferencziana, convoca o analista a uma provocação: *até que ponto o “lugar-de-ser” e a neutralidade do analista podem [re]traumatizar um paciente?*

Panorama da violência sexual infantil na COVID19.

Embora o Brasil tenha desenvolvido uma rede de proteção jurídica para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, ainda são múltiplos os desafios diante da complexidade do tema.

Segundo o relatório mais recente da OMS estima que há uma proporção de 1 em cada 5 mulheres para 1 em cada 13 homens que relataram ter sofrido abuso sexual quando crianças em idades entre 0-17 anos (WHO, 2020). Enquanto no Brasil, cerca de 75% dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes na pandemia correspondem a estupro.

Durante esse período, cerca de 120 milhões de meninas e mulheres jovens com menos de 20 anos sofreram alguma forma de contato sexual forçado (WHO, 2020).

Em tempos pandêmicos a situação de violação tende a ser agravada em razão da mudança comportamental dos indivíduos que compartilham a mesma residência com crianças e adolescentes, as quais se tornam os principais alvos dessas transformações de conduta e, conseqüentemente, acabam ficando cada vez mais expostas a situações dessa natureza no âmbito intrafamiliar (SILVA; OLIVEIRA, 2020).

O disque 100, canal criado para acolher denúncias de violações contra direitos humanos recebeu cerca de 6.000 ligações entre janeiro e maio de 2021. A violência sexual contra crianças e adolescentes representam 11% dos registros e tem como principais

suspeitos pais e padrastos (40% dos casos). O perfil da vítima é predominantemente do sexo feminino (82%) e a faixa etária de maior incidência é entre 12 e 17 anos, representando 46% do total de vítimas (BRASIL, 2020[2019]).

As formas de violência sexual se perpetram através da prática do estupro, assédio, exploração sexual, estupro de vulnerável e pornografia infantil. Para além das marcas físicas, as cicatrizes psíquicas nem sempre percebidas pelos dispositivos de saúde, podem corroborar para um grande número de subnotificações, sobretudo num período de distanciamento social, dificultando a fiscalização e implementação de políticas públicas eficientes.

Nesse sentido, cabe aos profissionais do âmbito da saúde mental, como psicanalistas, buscarem instrumentalizar-se teórica e clinicamente para acolher essa demanda cada vez mais frequente no dispositivo analítico. Bem como o desenvolvimento e implementação de políticas públicas de enfrentamento específicas para o contexto da Covid19, dada a urgência dessa problemática.

Conclusão

Embora a Psicanálise reconheça a sexualidade no infantil, sendo este um sujeito que busca satisfação nos objetos, como o seio da mãe por exemplo, não podemos conceber que essa premissa autorize a violação criminosa do corpo da criança nem também sirva de aporte para discursos familistas que ignoram a presença da violação na criança.

Ademais é importante a qualificação da sociedade e das instituições nucleares da criança para que se atentem aos sinais e acolham sua fala, pois quando nada é feito nesse sentido, dificilmente ela se abrirá de novo, retraumatizando-se, engendrando-se num ciclo de sofrimento mental e perigo à integridade física.

Para tanto, é salutar não apenas acolher, mas também saber o que fazer para dar suporte a esse ser atravessado por um trauma precoce, levando em consideração os mecanismos sexistas implicados na cultura que perpetuam um legado de hipersexualização do pueril em favor do machismo que empobrece o simbólico afluindo o imaginário, incapacitando o ser de lidar com a interdição do normativo.

Acolher essas interfaces desse tipo de violação e compreender seus impactos na constituição subjetiva, mostra-se imprescindível ao analista na contemporaneidade.

Ademais, a potência da Psicanálise está justamente em valer-se da possibilidade de pluralidade de significantes para um mesmo signo, inseridos no contexto operativo de cada sujeito.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ALCORÃO. Fonte digital: Centro Cultural Beneficente Árabe Islâmico de Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Alcorao.pdf> Acesso em: 30 de jun. de 2021.

BEAUVOIR, Simone. **Le deuxième sexe. 2 volumes**. Paris: Gallimard, 1949.

BÍBLIA. **Nova Bíblia Viva**. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

BIRMAN, Joel. Pensamento Freudiano 3. **Psicanálise, ciência e cultura**, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

BRASIL. Violência contra crianças e adolescentes. Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente. DEEVDCA/MMFDH, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/dados-e-indicadores/VIOLENCIASEXUALCONTRACRIANCASEADOLESCENTES.pdf/vie> w Acesso em: 06 de jul. de 2021.

BRASIL. **Disque Direitos Humanos: Relatório 2019**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf Acesso em: 06 de jul. de 2021.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Fundação Santa Cabrini, 2000.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will, Men, Women and Rape**, London, 1975.

CAMARGO, Climene Laura de; ALVES, Eloina Santana e QUIRINO, Marinalva Dias. Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica. **Texto & Contexto - Enfermagem [online]**, v. 14, n. 4, 2005. p. 608-615. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072005000400019> Acesso em: 1 Julho 2021.

CRIVILLÉ, Albert. Nem muito, nem pouco. Exatamente o necessário. In: **GABEL, M. (Org.) Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997. p. 132-143.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito a diferença como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros e homossexuais e portadores de deficiência**. 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

FERENCZI, Sandor. Psicanálise e Pedagogia. In **Obras completas Psicanálise I**. São Paulo: Martins Fontes, (Trabalho original publicado em 1908), 1991.

FERENCZI, Sandor. Confusão de língua entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura

e da paixão. In: **Obras completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, (Trabalho original publicado em 1933), 1992.

FREUD, Sigmund. Obras completas vol.18. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos** (1930-1936). Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Obras completas vol.06. **Três ensaios da teoria da sexualidade, análise fragmentada de um caso de histeria (“O caso Dora”) e outros textos** (1901-1905). Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2016.

GAZALÉ, Olivia. **Le mythe de la virilité: un piège pour les deux sexes**. Paris: Robert Laffont, 2017..

GREEN, André. **Orientações para uma psicanálise contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. **Dicionário de Psicoanálise**. Barcelona: Labor, 1979.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. **Vocabulário da psicanálise**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Boletim Epidemiológico, Secretaria de Vigilância em Saúde**, vol. 49, Jun. 2018, Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em:

<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf> Acesso em 17 de jun.2021.

MOTT, Luiz. Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo *in*: **Coleção Caminhos da história - História da criança no Brasil**, Mary del Priore (ORG.), São Paulo: Contexto, 1991.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira: volume 01 - Colônia**. Rio de Janeiro: Le Ya,2016.

REHBEIN, Mauro Pioli e CHATELARD, Daniela Scheinkman. Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. **Fractal: Revista de Psicologia [online]**. v. 25, n. 3, 2013. pp. 563-583. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000300010> Acessado 1 Julho 2021.

SANTOS, Tania Coelho dos; TEIXEIRA, Maria Angélia. Violência na teoria psicanalítica: ruptura ou modalidade de laço social?, **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, vol. 12, n. 20, dez. 2006, p. 165-180.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; OLIVEIRA, Valéria Rezende de. Proteção de Crianças e Adolescentes no Contexto da Pandemia da Covid-19: Consequências e Medidas Necessárias Para o Enfrentamento. IPEA- DISOC, **Nota Técnica nº 70 de maio 2020**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3560 9 Acesso em 04 de jul. de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **(Organização Mundial da Saúde) Documentos e publicações da Organização Mundial da Saúde**. Geneva, 2003. Disponível em http://www.who.int/topics/child_abuse/en/ Acesso em 22 de jun. de 2021.